



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS -  
MMFDH  
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE  
RACIAL - SNPIR  
CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR**

**ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DE 14 E 15 DE ABRIL DE 2021**

1 Aos quatorze e quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, reuniu-se, por meio da  
2 Plataforma *Teams* por videoconferência, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial da  
3 Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, para a sua  
4 Septuagésima Primeira Reunião Ordinária, com a participação dos seguintes Conselheiros e  
5 Conselheiras representantes do Governo: Titular **Paulo Roberto** (Secretaria Nacional de Políticas  
6 de Promoção de Igualdade Racial - SNPIR/MMFDH); Suplente **Saete da Silva Aragão** (Secretaria  
7 Nacional de Políticas para as Mulheres – SNPM/MMFDH); Titular **Sérgio de Oliveira** (Ministério  
8 da Educação – MEC); Suplente **John Land Carth** (Ministério da Educação – MEC); Suplente  
9 **Diego Emílio Romero Rovaris** (Ministério da Saúde – MS); Titular **Tarcila Martins Portugal**  
10 (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA); Suplente **Sandra Rosana Silva de**  
11 **Araújo** (Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP); Titular **Cláudio Eduardo Badaró**  
12 (Fundação Nacional do Índio – FUNAI); Titular **Joana Marie Girard Ferreira Nunes** (Ministério  
13 da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI); Suplente **Fernanda Gomes Rodrigues** (Ministério  
14 da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI); Suplente **Cláudio Luiz Pinheiro da Silva** (Secretaria  
15 Especial do Esporte do Ministério da Cidadania – SEE/MC); Titular **Flávia Mello de Castro**  
16 (Secretaria Especial da Cultura – SEC/MTur); Titular **Sérgio Nascimento de Camargo** (Fundação  
17 Cultural Palmares); Suplente **Laércio Fidelis Dias** (Fundação Cultural Palmares); Titular **João**  
18 **Paulo Sotero de Vasconcelos** (Ministério do Meio Ambiente – MMA); Suplente **Ricardo Edgard**

19 **Rolf Lima Bernhard** (Ministério das Relações Exteriores – MRE); Titular **Luiz Carlos de Lima**  
20 (Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR); Suplente **Maria Amélia de Andrade**  
21 (Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR); Titular **Renata Florez Rocha** (Secretaria de  
22 Gestão e Desempenho Pessoal/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
23 do Ministério da Economia – SGP/SEDGG/ME); Suplente **Laura Nascimento Moreira** (Secretaria  
24 de Políticas Públicas de Emprego/Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade  
25 do Ministério da Economia); Titular **Gustavo André Fernandes Lima** (Ministério das  
26 Comunicações); Titular **Roberlaine Ribeiro Jorge** (Notório Saber); Titular **Silvia Nobre Waiãpi**  
27 (Notório Saber). Sociedade Civil: Titular **Juliana Chagas da Silva Mittelbach** (Rede Mulheres  
28 Negras – PR); Titular **Maria Jane Soares Targino Cavalcante** (Associação Comunitária dos  
29 Povos Ciganos de Condado Paraíba – ASCOCIC); Suplente **Sérgio Eduardo Menezes Silva**  
30 (Instituto Brasileiro de Apoio aos Segmentos Étnicos-Raciais – IBASER); Titular **Ruth Goldberg**  
31 (Confederação Israelita do Brasil); Suplente **Abraham Godstein** (Confederação Israelita do Brasil);  
32 Titular **Marcilânia Gomes Alcântara Figueiredo** (Associação Otávio Maia); Suplente **Nicole**  
33 **Figueiredo de Oliveira** (Instituto Internacional Arayara - IIA); Titular **Maria de Jesus Moura**  
34 (Conselho Federal de Psicologia – CFP). A Reunião também contou com a presença da Sra.  
35 Mariléia Silva de Paula (Coordenadora-Geral de Conselhos da SNNPIR – Secretária-Executiva da  
36 CNPIR).

37 Dando início aos trabalhos do primeiro dia, Presidente Paulo Roberto cumprimentou a todos e  
38 externou a sua satisfação por está presente nessa reunião, realizando uma breve apresentação sobre  
39 o seu histórico profissional. Relatou sobre a importância do papel de conselheiro, destacando que  
40 todos os encaminhamentos que trouxerem medidas efetivas, duradouras e práticas para o  
41 aprimoramento do desenvolvimento social das populações atendidas pelo CNPIR serão bem-vistos  
42 e encaminhados. Solicitou que a Sra. Mariléia Silva de Paula realizasse a verificação quórum.  
43 Verificado o quórum, apresentou a seguinte proposta de pauta e de ordem do dia para  
44 votação/aprovação: Dia 14: 14h - Abertura; 14h30 - Verificação de presença e da existência de  
45 quórum para instalação do colegiado; 14h40 – Leitura e aprovação da ordem do dia; 14h20 às  
46 14h40 – Apresentação da Campanha Nacional do SINAPIR; 15h00 às 16h – Escolha do Vice-  
47 Presidente do CNPIR; 16h às 17h – V CONAPIR de 2 a 6 de maio de 2022 – Tema: Igualdade:  
48 Uma Política de Estado; 17h às 17h30 – Informes Gerais e Saudações; 18h – Encerramento. Dia 15:  
49 14h – Abertura; 14h30 - Verificação de presença e da existência de quórum para instalação do

50 colegiado; 15h – Criação da Mesa Diretora; 17h às 17h30 – Informes Gerais e Saudações; 18h –  
51 Considerações Finais e Encerramento. Lembrou que a cada tema da pauta será aberta inscrição no  
52 *chat* para cinco participantes com o tempo máximo de fala de três minutos e as votações serão  
53 realizadas pelo *chat*, ponderando que os assuntos não informados nessa pauta serão colocados para  
54 debates na próxima reunião. Não havendo nenhuma manifestação contrária, a pauta e a ordem do  
55 dia foram aprovadas por unanimidade com 23 votos favoráveis. Seguindo, o Presidente Paulo  
56 Roberto passou à apresentação da Campanha Nacional do SINAPIR, salientando que o objetivo é  
57 dá visibilidade aos povos historicamente invisíveis e discriminados. Solicitou que os conselheiros  
58 fossem agentes da SNPPIR para que difundisse o SINAPIR junto às prefeituras e explicou que a  
59 intenção é criar um sistema similar ao SUS. Havendo problemas para a execução do vídeo da  
60 Campanha Nacional do SINAPIR, abriu-se o momento para manifestações. O Conselheiro Luiz  
61 Carlos de Lima observou que falta um plano de comunicação para dá conhecimento aos municípios  
62 dessa ação e uma parceira com instituições com representatividade nesses municípios para fortificar  
63 essa campanha. O Presidente Paulo Roberto concordou com a explanação, todavia, explicou que  
64 estão iniciando o processo de campanha. Afirmou que serão realizadas reuniões com a confederação  
65 de municípios, prefeitos, senadores e deputados para atender essa questão. A Conselheira Flávia  
66 Mello de Castro colocou a Secretaria Especial da Cultura – SEC/MTur à disposição, informando  
67 que o Sistema Nacional de Cultura (SNC) teve a adesão de 27 estados e de 2.745 municípios. A  
68 Conselheira Juliana Chagas da Silva Mittelbach solicitou que fosse garantido que as contribuições  
69 sobre esse sistema fossem realizadas na próxima reunião, uma vez que não foi possível executar o  
70 vídeo. Relatou que seria interessante que fosse enviado um arquivo para que possam compreender  
71 os princípios, metas e objetivos dessa campanha. O Presidente Paulo Roberto explanou que o *link*  
72 do vídeo foi disponibilizado aos conselheiros e esclareceu que esse sistema já faz parte do  
73 Regimento Interno do CNPIR, visto que já possui cerca de 80 municípios inscritos. Informou que  
74 foi disponibilizado no *chat* um *link* com as informações necessárias. Passando à escolha do Vice-  
75 Presidente do CNPIR, a Sra. Mariléia Silva de Paula realizou a leitura do Paragrafo Único do art. 21  
76 do Regimento Interno do CNPIR a pedido do Presidente Paulo Roberto, o qual lembrou que a  
77 composição da sociedade civil não está completa. Sugeriu que a escolha do Vice-Presidente fosse  
78 realizada quando houvesse essa complementação. A Sra. Mariléia Silva de Paula informou sobre o  
79 processo de eleição para preenchimento das 12 vagas remanescentes da sociedade civil, explanando  
80 que serão publicadas as entidades habilitadas e inabilitadas no Diário Oficial da União (DOU) na

81 próxima segunda-feira. Observou que ainda haverá os julgamentos das entidades que entraram com  
82 o recurso a fim de que seja disponibilizado o resultado final da eleição. Abrindo para manifestações,  
83 o Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva questionou se há algum problema jurídico pela não  
84 existência do vice-presidente e qual é o prazo para a posse dos novos conselheiros. O Presidente  
85 Paulo Roberto informou que a posse será realizada em reunião extraordinária no dia 6 de junho e  
86 explicou que o papel do vice-presidente é substituir o presidente nos impedimentos, entendendo que  
87 não há nenhuma implicação jurídica nessa questão. O Conselheiro Laércio Fidelis Dias indagou  
88 quem assumirá a presidência do CNPIR caso haja a necessidade de afastamento do presidente e o  
89 Presidente Paulo Roberto explanou que essa substituição seria realizada por um membro da Mesa  
90 Diretora, que será criada no segundo dia de reunião. O Conselheiro Sérgio Eduardo manifestou  
91 sobre o prazo de posse dos novos conselheiros, ressaltando sua preocupação por não conseguirem  
92 eleger o vice-presidente. A Conselheira Juliana Chagas da Silva Mittelbach salientou a necessidade  
93 de observar a importância política do vice-presidente para a sociedade civil e discorreu que, talvez,  
94 não haverá o preenchimento completo das vagas disponibilizadas, sugerindo que fosse eleito um  
95 vice-presidente interino até que essas vagas fossem ocupadas. O Conselheiro Cláudio Eduardo  
96 Badaró entendeu que a ideia de eleger um vice-presidente interino é boa, sugerindo colocar as duas  
97 propostas apresentadas em votação. A Conselheira Ruth Goldberg inferiu que a recomendação de  
98 criar a figura do vice-presidente interino é democrática e auxiliará na manutenção do  
99 posicionamento da sociedade civil neste espaço, ponderando que possui dúvidas apenas sobre o  
100 período da interinidade, considerando que a processo de escolha dos novos conselheiros pode  
101 demorar. O Presidente Paulo Roberto registrou que o art. 33 do Regimento Interno possui previsão  
102 para os casos omissos, sendo que esses casos poderão ser deliberados pelo plenário do CNPIR.  
103 Acatou a proposta do Conselheiro Cláudio Eduardo Badaró, colocando as seguintes propostas em  
104 votação: 1. Aguardar a posse dos novos conselheiros da sociedade civil para eleição do vice-  
105 presidente entre os conselheiros da sociedade civil; 2. Realização de eleição do vice-presidente  
106 interino entre os conselheiros da sociedade civil. Aprovada a Proposta 2. Realização de eleição do  
107 vice-presidente interino entre os conselheiros da sociedade civil por unanimidade com 21 votos  
108 favoráveis. Feitos os esclarecimentos necessários sobre o processo de eleição, abriu-se o momento  
109 para a candidatura. Candidataram-se o Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva e a Conselheira  
110 Juliana Chagas da Silva Mittelbach, que realizaram as suas defesas. Realizado o processo de  
111 votação, a Conselheira Juliana Chagas da Silva Mittelbach foi eleita Vice-Presidente Interina do

112 CNPIR com 15 votos, sendo que o Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva teve três votos e foi  
113 registrada uma abstenção. A Vice-Presidente Interina Juliana Chagas da Silva Mittelbach agradeceu  
114 pela confiança, afirmando que continuarão caminhando juntos em defesa pela igualdade racial.  
115 Prosseguindo para a V CONAPIR de 2 a 6 de maio de 2022 – Tema: Igualdade: Uma Política de  
116 Estado, o Presidente Paulo Roberto explicou sobre os motivos da escolha do Tema: Igualdade: Uma  
117 Política de Estado, afirmando que todos os conselheiros receberão as informações necessárias e  
118 destacando que as conferências estaduais, municipais e do Distrito Federal estão previstas para  
119 agosto de 2021 e a FIPIR 2021 está sendo alinhada para acontecer em novembro. Abrindo para  
120 manifestações, a Vice-Presidente Interina Juliana Chagas da Silva Mittelbach solicitou que os  
121 documentos das pautas que demandam decisões sejam encaminhados antecipadamente para não  
122 prejudicar os debates. O Presidente Paulo Roberto explicou que essa pauta tem o objetivo de  
123 informar os conselheiros sobre o que está sendo planejado referente à V CONAPIR, relatando que o  
124 decreto está em andamento e a definição da Comissão Organizadora será definida na próxima  
125 reunião extraordinária com a posse dos novos integrantes do Conselho. Passando aos informes  
126 gerais e saudações, a Sra. Mariléia Silva de Paula informou sobre a Plataforma Participa + Brasil  
127 específica para os conselhos, em que são compartilhadas as informações relacionadas ao CNPIR,  
128 disponibilizado o *link* de acesso pelo *chat*. Seguindo para as considerações finais e encerramento, o  
129 Presidente Paulo Roberto agradeceu a presença de todos e solicitou que fosse realizado um minuto  
130 de silêncio em homenagem as vítimas da Covid-19, finalizando o primeiro dia da 71ª Reunião  
131 Ordinária do CNPIR. Dando início aos trabalhos do segundo dia, Presidente Paulo Roberto  
132 cumprimentou a todos e abriu a palavra para o pronunciamento dos conselheiros, caso queiram. Não  
133 havendo nenhum pronunciamento, solicitou que a Secretária-Executiva realizasse a verificação do  
134 quórum. Verificado o quórum, passou-se à criação da Mesa Diretora. O Presidente Paulo Roberto  
135 salientou a importância da participação dos conselheiros nas comissões, pontuando que há  
136 necessidade de revisar o Regimento Interno do CNPIR. Registrou que devem aproveitar para extrair  
137 o máximo de cada conselheiro e informou que participou de uma reunião no Departamento de  
138 Imunização do Ministério da Saúde, levando a demanda de priorização da população cigana na  
139 imunização contra a Covid-19, em que foram solicitadas informações que esse Conselho poderá  
140 fornecer. Explanou que a Mesa Diretora é composta pelos coordenadores das comissões  
141 permanentes, ponderando que devem iniciar pela composição dessas comissões. A Conselheira  
142 Maria Jane Soares Targino Cavalcante solicitou mais esclarecimentos sobre essa ação apresentada

143 pelo presidente referente à população cigana, o qual ponderou que fará esse esclarecimento nos  
144 informes gerais para não interromper o item de pauta. Em seguida, realizou a leitura do art. 27 do  
145 Regimento Interno, esclarecendo que estão propondo a criação das seguintes comissões temáticas  
146 de acordo com as competências elencadas no art. 3º do Regimento Interno: Comissão de Políticas  
147 Públicas, Comissão de Orçamento e Finanças, Comissão de Modernização e de Informação,  
148 Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Direitos Culturais e Comissão de Legislação.  
149 Abrindo para manifestações, a Conselheira Joana Marie Girard Ferreira Nunes questionou sobre a  
150 necessidade de o MCTI ter políticas públicas voltadas para a questão étnico-racial para participar de  
151 alguma comissão e o Presidente Paulo Roberto explicou que não há essa exigência. A Conselheira  
152 Nicole Figueiredo de Oliveira externou a sua preocupação por alguns deveres e prerrogativas do  
153 CNPIR não estarem contemplados em nenhuma dessas comissões, sugerindo que essas comissões  
154 não ativessem apenas nos incisos propostos. Solicitou esclarecimentos sobre o acompanhamento e  
155 fiscalização da atuação do canal do MMFDH de denúncias. O Presidente Paulo Roberto esclareceu  
156 que o enquadramento das comissões de acordo com os incisos do art. 3º do Regimento Interno é  
157 apenas exemplificativo, acatando a proposta colocada pela conselheira. A Conselheira Ruth  
158 Goldberg questionou sobre a existência de critérios para a escolha dos sete membros das comissões  
159 em relação à participação da sociedade civil e do governo, entendendo que seria importante definir  
160 um equilíbrio. Questionou também sobre o diálogo do trabalho dessas comissões com as iniciativas  
161 das comissões de outros conselhos da pasta. O Presidente Paulo Roberto observou que a SNPPPIR é  
162 a secretaria que possui mais interseção com as demais pautas e as comissões poderão fazer os  
163 convites necessários. Ilustrou que possuem a intenção de buscar a paridade na composição das  
164 comissões entre governo e sociedade civil. O Conselheiro Sérgio de Oliveira indagou sobre o  
165 processo de escolha do coordenador em cada comissão e o Presidente Paulo Roberto ponderou que  
166 será pensada uma solução, solicitando sugestões. O Conselheiro Sérgio de Oliveira propôs que  
167 fosse utilizado o mesmo processo para eleição do vice-presidente, sendo eleito um coordenador  
168 interino. A Vice-Presidente Interina Juliana Chagas da Silva Mittelbach compreendeu que seria  
169 interessante que o conhecimento técnico e a política da área estejam alinhados e questionou sobre a  
170 existência de Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial que contemplasse as ações de  
171 cada ministério. Com relação às comissões, propôs reduzir o número de membros de sete para cinco  
172 diante o fato que ainda serão eleitos representantes da sociedade civil e fazer o acordo em relação à  
173 coordenação interina, inclusive, flexibilizando a possibilidade de suplentes assumirem a

174 coordenação. Externadas todas as opiniões e manifestações, o Presidente Paulo Roberto colocou em  
175 votação a proposta de eleição de coordenador interino, a qual foi aprovada por unanimidade. Em  
176 seguida, colocou em votação a proposta de redução de sete para cinco membros nas comissões até  
177 que sejam eleitos os novos conselheiros representantes da sociedade civil, a qual também foi  
178 aprovada por unanimidade. Em seguida, realizou-se a composição das comissões, ficando: 1.  
179 Comissão de Políticas Públicas: Titular Joana Marie Girard Ferreira Nunes (MCTI), Titular  
180 Gustavo André Fernandes Lima (MC), Titular Sérgio de Oliveira (MEC), Titular Tarcila Martins  
181 Portugal (MAPA), Marilândia Gomes Alcântara Figueiredo (Otávio Maia), Titular Juliana Chagas  
182 da Silva Mittelbach (Rede Mulheres Negras – PR). Coordenador: Gustavo André Fernandes Lima.  
183 2. Comissão de Orçamento e Finanças: Suplente Cleci da Cruz Martins (Rede Mulheres Negras –  
184 PR), Suplente Cláudio Luiz Pinheiro da Silva (SEE/MC). Coordenador: Em processo de definição  
185 futura. 3. Comissão de Modernização e de Informação: Suplente Nicole Figueiredo de Oliveira  
186 (IIA), Suplente Célia Zenaide da Silva (CFP). Coordenador: Em processo de definição futura. 4.  
187 Comissão de Direitos Humanos: Suplente Sérgio Eduardo Menezes Silva (IBASER), Titular Maria  
188 de Jesus Moura (CFP), Titular Ruth Goldberg (Confederação Israelita do Brasil), Titular Maria Jane  
189 Soares Targino Cavalcante (ASCOCIC), Titular Cláudio Eduardo Badaró (FUNAI). Coordenador:  
190 Cláudio Eduardo Badaró. 5. Comissão de Direitos Culturais: Titular Renata Florez Rocha  
191 (SGP/SEDGG/ME), Titular Flávia Mello de Castro (SEC/MTur), Suplente Laércio Fidelis Dias  
192 (Fundação Cultural Palmares), Titular Luiz Carlos de Lima (MDR), Titular Silvia Nobre Waiãpi  
193 (Notório Saber), Titular Roberlaine Ribeiro Jorge (Notório Saber), Titular Antônio Alves Pereira  
194 (IBASER). Coordenadora: Silvia Nobre Waiãpi. 6. Comissão de Legislação: Suplente Abraham  
195 Godstein (Confederação Israelita do Brasil), Suplente Salete da Silva Aragão (SNPM/MMFDH),  
196 Titular Juliano Bueno de Araújo (IIA). Coordenador: Juliano Bueno de Araújo. Diante essa  
197 definição, a Mesa Diretora foi composta pelos seguintes membros: Presidente Paulo Roberto, Vice-  
198 Presidente Interina Juliana Chagas da Silva Mittelbach, Conselheiro Gustavo André Fernandes  
199 Lima (Coordenador da Comissão de Políticas Públicas), Conselheiro Cláudio Eduardo Badaró  
200 (Coordenador da Comissão de Direitos Humanos), Conselheira Silvia Nobre Waiãpi (Coordenadora  
201 da Comissão de Direitos Culturais) e Conselheiro Juliano Bueno de Araújo (Coordenador da  
202 Comissão de Legislação). O Presidente Paulo Roberto observou que a ausência dos conselheiros  
203 representantes do governo causou prejuízos para a definição dos membros das comissões, porém,  
204 registrou que realizaram um trabalho brilhante. Passando aos informes gerais e saudações, abriu a

205 palavra para manifestações dos conselheiros. Com relação à solicitação de esclarecimento da  
206 Conselheira Maria Jane Soares Targino Cavalcante feito anteriormente, discorreu que a SNPPIR  
207 tem feito um trabalho para atender as demandas das populações, sendo que receberam a demanda de  
208 inclusão da população cigana no grupo prioritário da vacinação da Covid-19. Explanou que  
209 apresentaram esse pleito ao Departamento de Imunização do Ministério da Saúde, o qual  
210 solicitaram informações sobre essa população. A Conselheira Maria Jane Soares Targino  
211 Cavalcante informou que a conselheira do mandato anterior da ASCOCIC entregou um documento  
212 a Ex-Secretária Nacional Sandra Terena, solicitando a criação de um órgão específico para atender  
213 a população cigana. O Presidente Paulo Roberto realizou uma breve distinção entre os trabalhos da  
214 SNPIR e do CNPIR, comunicando que foi criada uma coordenação na SNPPIR para tratar  
215 especificamente sobre os temas dos povos ciganos. O Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes Silva  
216 solicitou informações sobre o desenvolvimento do Plano Nacional dos Direitos Ciganos e o  
217 Presidente Paulo Roberto afirmou que esse plano está em desenvolvimento, ponderando que  
218 disponibilizará o contato com a coordenação responsável para maiores informações. A Conselheira  
219 Ruth Goldberg manifestou que não observou uma avaliação profunda sobre a eleição para seleção  
220 das novas entidades da sociedade civil, solicitando informações. O Conselheiro Cláudio Eduardo  
221 Badaró apresentou um breve resumo do trabalho da Comissão Seleção dos Representantes da  
222 Sociedade Civil para o CNPIR – Gestão 2021-2022, explanando que houve a inscrição de 12  
223 entidades, sendo que apenas seis entidades foram habilitadas. Destacou o trabalho realizado pela  
224 equipe da Sra. Mariléia Silva de Paula. A Conselheira Nicole Figueiredo de Oliveira sugeriu que  
225 fosse incluída a votação de alteração do art. 27 do Regimento Interno do CNPIR na pauta da  
226 próxima reunião, para que os conselheiros suplentes possam exercer a função de coordenador das  
227 comissões. A Conselheira Marcilânia Gomes Alcântara Figueiredo arrazoou que já foi contemplada  
228 nas explicações anteriores e a Conselheira Joana Marie Girard Ferreira Nunes questionou se os  
229 conselheiros receberão as atribuições e o calendário de reuniões das comissões. O Presidente Paulo  
230 Roberto esclareceu que seria interessante que cada comissão definisse o seu calendário de reuniões.  
231 A Sra. Mariléia Silva de Paula postulou que pode ser utilizado o mesmo procedimento utilizado  
232 pelos grupos de trabalho, realizando uma reunião de alinhamento para definição das datas das  
233 próximas reuniões e dos seus objetivos. Apresentou as informações do CNPIR incluídas na  
234 Plataforma Participa + Brasil. O Presidente Paulo Roberto complementou realizando a leitura do  
235 Incido IV do art. 20 do Regimento Interno, explicando que as datas das reuniões das comissões



236 serão organizadas e repassadas aos conselheiros. Sem mais nada a tratar, registou os seus  
237 agradecimentos finais, informando que a 2ª Reunião Extraordinária do CNPIR será realizada no dia  
238 8 de junho para dá posse aos novos conselheiros da sociedade civil e a 72ª Reunião Ordinária será  
239 realizada nos dias 9 e 10 de junho. Agradeceu a participação de todos, encerrando a 71ª Reunião  
240 Ordinária do CNPIR.